

## **PRONERA – sobre a (im) possível e/ou (in) dispensável interface entre educação e desenvolvimento.**

**Telma Regina B.N. Ressurreição – Universidade do Estado da Bahia.**

### **Resumo**

O texto discute as bases do modelo de desenvolvimento hegemônico na atualidade, realizando uma retomada histórica dos aspectos da modernidade que lhe deram. Discute os desafios colocados por esse projeto na contemporaneidade, ressaltando o papel dos movimentos sociais do campo no seu questionamento. Por fim, conclui destacando as contribuições que a Educação do Campo, especialmente o PRONERA, pode propiciar para construção de um paradigma de desenvolvimento socialmente mais justo.

Palavras-chave: projeto de desenvolvimento – movimentos sociais do campo – PRONERA.

### **1. Introdução**

Pensar uma concepção de desenvolvimento que se contraponha ao modelo hegemônico, requer a inserção estratégica da educação e da diversidade natural étnico-cultural das sociedades. Como forma de refletir sobre esta que é uma questão tão premente na contemporaneidade, consideramos indispensável uma retomada histórica não apenas da modernidade-iluminista; como da emergência de racionalidades marginalizadas que ao contestarem o colonialismo e o neocolonialismo instituem uma contra-esfera hegemônica onde os movimentos sociais do campo ganham destaque.

### **2. Modernidade e projeto de desenvolvimento.**

Surgida entre os séculos XVI e XVIII, a Modernidade imprimiu um conjunto de transformações jamais vistas ou pensadas nos contextos históricos precedentes. De fato, ao promover a transição das sociedades arcaicas para as sociedades regidas pela razão científica e filosófica (RUANET, 1985 p. 5), ela engendrou um ambicioso e revolucionário paradigma sócio-cultural marcado dentre outras coisas: por um turbilhão alimentado por grandes descobertas; pela industrialização da produção; pela aceleração do ritmo da vida; pela criação de sistemas de comunicação de massa; pelo surgimento de Estados Nacionais cada vez mais poderosos; pela emergência de movimentos sociais e de um mercado capitalista flutuante e em permanente expressão. (Berman, 1986, p.16)

Em função do caráter heterogêneo que apresentou, já que seu corpo teórico abraçava desde filósofos democratas radicais, a liberais não democratas e filósofos autoritários; a Modernidade apontou uma diversidade de projetos (RUANET, 1985 p.6). Contudo, por força da relação com a reflexão aqui

proposta, cabe uma reflexão acerca de um dos traços mais marcantes nesse processo: a modernização iluminista.

Situada no campo da economia e da política, a modernização trouxe em seu bojo uma noção de progresso entendida como uma compulsão em direção ao desenvolvimento. Compulsão esta, fortemente dominada por uma perspectiva evolucionista, linear e universal. Conforme Almeida (in BECKER, 1999 p. 215) quer sejam liberais ou marxistas, ao longo do século XX, as teorias desenvolvimentistas, inspiraram-se nas sociedades ocidentais e em sua compreensão de que o desenvolvimento sócio-econômico; bem como, o crescimento das virtudes, das liberdades e dos poderes dos homens desencadeava-se única e exclusivamente através dos avanços técnico-científicos.

Nesse contexto, libertar o homem das tiranias, da miséria material e intelectual era uma bandeira era condição essencial para um mundo livre dos dogmas que obscureciam a sociedade. Embora comportasse características pré-modernas, apoiando-se nos pressupostos do liberalismo econômico, o capitalismo assume a dianteira enquanto modo de produção; passando a corroborar forças para a consecução de um projeto de desenvolvimento, que segundo Berman (1985 p.56), transformou a mais humilhante perda humana em fonte de lucro.

No que tange o campesinato, destaca (in ANDRADE 2005, p.129), o modelo de desenvolvimento em curso orienta-se pelos mesmos padrões dessa modernidade que autores como Tavares apud Becker (1999, p.29) a conceituam como modernidade conservadora. Voltando para o agro-negócio e para o monopólio da agropecuária por grandes empresas nacionais e internacionais; destaca Sousa in Andrade (2004, p.129), esse modelo sustenta a idéia de que a integração à agroindústria patronal e a subordinação perante o mercado capitalista, constitui-se na única via de sobrevivência para o campesinato. Aspecto que o torna discutível em função dos riscos individuais e coletivos que desencadeou por conta da exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais e da excessiva concentração de renda que gerou.

Para Berman (1986 p.88) e Souza (in ANDRADE, p. 129), o modelo de desenvolvimento trilhado pelas sociedades modernas esta colocando em pauta o debate em torno de uma outra perspectiva. Conforme Souza (in ANDRADE 2004 p.130), esse debate esta remetendo a busca de um modelo onde a sustentabilidade ambiental, econômica e social seja resultante de um projeto de sociedade.

### **3. Contemporaneidade e o desafio do desenvolvimento.**

Até pouco tempo ressalta Souza (in ANDRADE, 2004 p.130), no plano formal o conceito de desenvolvimento esteve atrelado ao crescimento econômico, não importando as perdas ecológicas e sociais que isto demandasse. De fato, como ressalta Souza (in ANDRADE, 2004 p.130) na busca da promessa desenvolvimentista do centro, a América Latina perdeu-se em uma gigantesca dívida

social. No campesinato isto significou exploração, miséria e expulsão do homem e da mulher do campo. Aspectos que segundo Souza in Andrade (2004, p.130) comprovam que o modelo de desenvolvimento sustentável apresentado pelos países hegemônicos, mesmo quando identifica disparidades sociais, não aponta suas causas. E, mesmo quando propõe ajustes, estes não escapam as relações econômicas existentes servem apenas como estratégia de expansão do capitalismo. Expansão esta que se processa por meio das transformações que desencadeia nas formas de acumulação e divisão internacional do trabalho.

Sendo assim, se entendido enquanto projeto de sociedade onde todas as formas de vida sejam plenamente respeitadas, destacada Souza (in ANDRADE, 2005 p.130; 131), o desenvolvimento sustentável poria em risco não apenas o crescimento econômico como o próprio capitalismo. Então, continua a autora, se um projeto politicamente alternativo de sustentabilidade, requer outros critérios, cabe questionar: quais valores determinam esses critérios e em que condições históricas eles devem ser construídos?

Esse panorama põe em evidencia não apenas as insuficiências do pensamento clássico e de seus desdobramentos contemporâneos, como sinaliza a debilidade do projeto hegemônico frente às contradições do sistema auto-eco-organizados em que está inserido. Tal processo dentre outras coisas decorre da territorialização e do enraizamento dos espaços sociais (BECKER, 1999 p.33-34). Processo que aponta para o surgimento de uma perspectiva que indica:

[...] a passagem das mega-decisões, das macro-políticas para uma crescente participação das micro-decisões, micro-políticas e dos pequenos projetos que levaram as múltiplas formas de inserção; quando condições concretas para a coexistência de múltiplos modelos de desenvolvimento. [o qual longe] da idealização de um grupo de tecnocratas, nasce a partir de uma construção coletiva e de trocas dialógicas.

(BECKER, 1999 p.13)

O que segundo Molina (2004, p. 68), remete a constatação de que no campesinato a sustentabilidade reside no acesso a terra enquanto meio de produção e garantia do mínimo de segurança alimentar; acolhendo as especificidades e potencialidades dos seus sujeitos; no contexto de suas inter-relações econômicas, políticas, ambientais e culturais.

### **3.1 Projeto de desenvolvimento contra-hegemônico e o protagonismo dos movimentos sociais do campo.**

Conforme Molina in Andrade (2004 p. 70), a mudança no modelo de desenvolvimento deriva da reorientação das políticas públicas, incluindo aí a inserção do campo na elaboração das políticas macro-econômicas.

Enquanto conquista, essa inserção exige do (a) trabalhador (a) do campo a construção cotidiana de um processo de luta, rumo a dignificação das suas condições de vida. Na esfera dos embates em torno das transformações materiais e simbólicas do projeto de desenvolvimento vigente, vêm ganhando notoriedade nas últimas décadas do século XX, os movimentos sociais do campo.

Ao analisar essa categoria, Fisher (2000) destaca que ela emerge em torno das operações de ruptura com o cotidiano em tudo que ele possui de aparentemente imutável. Isto em função do que acrescenta Zaoual (2003), os autores da situação começam a analisar por um sentimento, uma visão. Em se tratando do campesinato da Região Sisaleira da Bahia, destaca Nascimento (2003) essa visão ganha relevância através da história de sujeitos que fazem da fé um aumento contra uma rotina marcada não apenas por adversidades climáticas; mas por uma estrutura fundiária arcaica, sustentada pelo minifúndio e latifúndio. Bem como, por relações de trabalho que beiram a escravidão em plena contemporaneidade.

Tal categoria brota e a atravessa por traços multifacetados, os quais manifestam-se através de uma diversidade de cores e sabores. Traços que constituem a singularidade de práticas espelhadas dentre outras coisas pelas celebrações coletivas que emergem no contexto das rezas, folia de reis, sambas-de-roda, batatas de feijão, de milho, etc. Pensar os movimentos camponeses da Região Sisaleira da Bahia, também é fazer vir à tona um sentido de utopia que se estruturou por meio de uma ação coordenada rumo à proposição de uma contra-história; onde o movimento católico progressista teve papel preponderante na transformação dos espaços de vivência comum com a terra em espaços para o debate dos problemas da vida no campo. (NASCIMENTO, 2003 ). Instituído a organização social e sindical enquanto instrumento político de luta e resistência frente às oligarquias rurais, descritas nas palavras de nascimento (2003) como famílias tradicionais que por possuírem as maiores faixas de terra, intitularam-se como principais representantes do poder local. Historicamente implicadas nos problemas relativos e posse da terra, na atualidade essas famílias agem localmente como guardiãs dos interesses da aliança conservadora.

Conforme Hypolito & Gandin (2000), essa aliança congrega em nível global um amplo e nem sempre coisa bloco composto por grupos neoliberais que defendem o estado mínimo; grupos neoconservadores que lutam pelo retorno de valores tradicionalistas, autoritários e seletivos. Além de frações da classe média que preocupada com seus próprios interesses profissionais, defendem a suposta modernização do Estado.

Apesar de em alguns momentos fragmentar-se, a “aliança conservadora” consegue articular seus segmentos no momento de enfrentar os inimigos comuns: movimentos sociais e partidos de esquerda – processo pelo qual ela consegue alinhar não apenas grupos dominantes como também, setores que fazem funcionar a vida cotidiana como grupos autoritários populistas e frações da nova classe média (Hypolito & Gandin, 2000 ).

Embora ela tenha obtido relativo sucesso na imposição de sua agenda de desenvolvimento, ressaltam Carlson & Apple (2000), apresenta contradições próprias do processo de opressão e resistência; pois, a despeito do aparente poder institucional que desfrutam as forças neoconservadoras, os movimentos sociais progressistas têm encontrado formas de sacudir as arenas políticas e sociais.

Segundo Hypólito & Gandin (2000) ao desafiar essa aliança, utilizando marchas e ocupações, os movimentos camponeses estão colocando em enlevo não apenas a questão da diversidade e o esgotamento das abordagens estritamente globalizantes, como a problematização do projeto de desenvolvimento dominante. Nesse particular reflete Becker (1999, p. ), a sustentabilidade passa a ser entendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação tem pelas suas diferenças culturais, ambientais e axiológicas de se inserir no processo geral do desenvolvimento através de suas potencialidades econômicas, sociais, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais que for si só são diferenciadoras.

Isso demonstra que um projeto alternativo de desenvolvimento local-regional não está dado, mas constitui-se num ideal a perseguir. Aqui, segundo Almeida (in BECKER, 1999 p. 22) a noção de sustentabilidade é tomada como ponto de partida para uma reinterpretação dos processos sociais, econômicos (nós acrescentamos étnicos) em suas relações com o equilíbrio dos ecossistemas.

Aqui emerge o papel da resignificação do desenvolvimento a partir de um conhecimento pautado em bases mais dialógicas e territorializadas. Pois que, como afirma Santos (apud Fialho 2000 p. 186) *responder os desafios dos desequilíbrios regionais constitui-se numa urgência, já que há desigualdades territoriais que derivam de lugar onde cada que se encontra. Daí seu tratamento não ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar.* Nesse particular, a...

Educação como formação humana ante a questão agrária [deve emergir com a] função primeira de indagar [os] sujeitos [acerca do] seu papel no campo a partir dos vínculos com a terra [enquanto requisito] para formar [sua] identidade como camponês e cidadão do planeta; [em seu] reenraizamento político, econômico, cultural, simbólico, físico, antropológico. (MOLINA in ANDRADE 2004, p. 75-76).

Dentro desta perspectiva, destaca Molina in Andrade (2004 p.74), a Educação do Campo emerge como requisito fundamental tanto do ponto de vista da formação da consciência, quanto da criação de oportunidades nos espaços onde é desenvolvida. Pois que, através da elevação da auto-estima e dos níveis de participação dos sujeitos do campo, gera possibilidades de interferência histórico-política no tecido social. Bem como, coloca na agenda política da sociedade brasileira a importância da

construção de políticas públicas específicas [não apenas no seu próprio âmbito] como no âmbito do desenvolvimento deste território a partir da expansão das potencialidades de seus sujeitos.

Sendo assim, do ponto de vista de Molina in Andrade (2004 p. 77), é fundamental perceber que a importância da Educação do Campo reside exatamente na possibilidade de gerar sistemas de idéias que mudem não apenas o olhar, mas a forma de se relacionar e construir o real.

#### **4.1 Pronera e a proposta de desenvolvimento plural.**

No bojo do movimento de luta em torno da Educação do Campo, o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, vem constituindo um dos processos retroalimentadores entre educação reforma agrária e desenvolvimento. Enquanto programa gestado em meio a todas as adversidades e lutas empreendidas pelos movimentos sociais, de acordo Molina in Andrade (2004 p. 81) está conseguindo desestabilizar os conceitos de educação e de sustentabilidade que se pautam apenas pela ordem, determinismo, e previsibilidade. Isto em função de que tem subvertido o processo de produção do conhecimento, de modo a incluir os sujeitos que em seu meio escapam ao controle neocolonial. A esse respeito é interessante observar que esse processo não contorna a complexidade do mundo. Ao contrario, penetra profundamente no conjunto de seus sentidos, opacidades, ideológicas tensões e conflitos; apontando para uma práxis política e eticamente inserida.

Um bom exemplo disto é a experiência que o projeto de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido no CAMPUS XI da UNEB (Universidade Estadual da Bahia). Ao possibilitar a oportunidade de conhecer e conviver com uma realidade paradoxalmente tão próxima e tão distante social e politicamente: os movimentos camponeses da Região Sisaleira, semi-árido baiano, o PRONERA estimulou não apenas as rupturas epistemológicas decorrentes do contrato com paradigmas que têm como referência o ponto de vista dos grupos excluídos da história educativa desse território; como evidenciou a indiscutível necessidade de problematizarmos o projeto de desenvolvimento historicamente imposto nessa região. Em razão disto é que aponta Molina in Andrade (2004 p. 84):

Esse programa é uma demonstração concreta das possibilidades de ampliarmos as oportunidades de inclusão e justiça social, [podendo] ser tomado como referencia para se pensar em políticas públicas de educação porque [...] nasce conjugado com esforço de lutar pela sustentabilidade dos povos do campo, do seu espaço, da sua paisagem do seu imaginário, da unidade da terra que os une por objetivos comuns.[...]

## 5. Considerações Finais.

Vivemos num contexto onde os efeitos do projeto modernização iluminista evidencia seus impactos mais devastadores. Os sinais das crises e turbulências dele decorrentes estão por toda parte, alertando-nos para os riscos que cada vez mais ameaçam a dignidade humana e a biodiversidade do planeta.

A emergência de identidades coletivas, dentre outros fenômenos, está colocando na pauta dos debates contemporâneos a problemática do desenvolvimento. Capazes de desafiar e desnortear o capital, essas integridades encontram nos movimentos sociais do campo uma de suas expressões mais significativas. Enquanto sujeitos que experimentam cotidianamente os efeitos do projeto de desenvolvimento hegemônico, a eles não restou outra alternativa senão o enfrentamento a tal modelo.

Nesse processo, a organização de uma proposta educativa capaz de criar espaços de discussão, debate e inserção na gestão das políticas públicas de modo que estas passem a contemplar interesses sociais mais amplos - torna-se um imperativo diante do qual a Educação do Campo, em específico o PRONERA, assume um caráter estratégico. De fato, os resultados já produzidos, indicam que ambos atuam enquanto contra-esferas político-epistemológicas e político -pedagógica, já que sua proposta sintoniza-se com o fortalecimento de um paradigma que como destaca Santos (2005) baseia-se numa tripla transformação: a do direito despótico em direito democrático; do poder em autoridade partilhada; do conhecimento – regulação em conhecimento – emancipação. Condições essenciais para reivindicação de uma proposta de desenvolvimento socialmente justa.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Márcia Regina et al. **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do PRONERA** – São Paulo: Ação Educação; Brasília: PRONERA, 2004.
- BECKER, Dinizar. I. (org). **Desenvolvimento sustentável – necessidade e/ou possibilidade** – Santa Cruz do Sul: EUNISC, 1999.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Campanha das Letras, 1986.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Manual de Operações – Programa Nacional de Educação na reforma Agrária**. Brasília, 2003.
- CARLSON, Dennis; APPLE, Michael W. **Teoria educacional crítica em tempos incertos**. In HYPÓLITO, Álvaro M. & GANDIN, Luiz Armando. Educação em tempos de incertezas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FIALHO, Nadia. **Universidade multicampi:** modalidade organizacional, especialidade e funcionamento. 2000. 394 f. (tese de doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

GANDIN, Luiz A; HYPOLITO, Álvaro M. Reestruturação educacional como construção social contraditória. In: HYPOLITO, Álvaro M. & GANDIN, Luiz Aramando. **Educação em tempos de incertezas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GIDDENS, Anthony. In: **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

FISHER, Nilton B. **Movimentos sociais e educação: uma refletividade instintuante.** In: HYPOLITO, Álvaro M. & GANDIN, Luiz Aramando. Educação em tempos de incertezas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAGALHÃES, Paulo A. O MST na Bahia – trajetória e perspectivas. **Cadernos dos núcleos,** Salvador, ano 1, n. 02, ago/set/out 2003.

MOREIRA, Antônio F. **O currículo como política cultural e a formação docente.** In: SILVA, Tomaz T. da MOREIRA, Antônio F. (orgs). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

NASCIMENTO, Humberto M. **Conviver o sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba.** São Paulo: Annablume; Fapesp: Valente: Apaeb, 2003.

LYOTARD, Jean – François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio.

SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2002.